

FILOSOFIA MEDIEVAL

5.4 SÃO TOMÁS DE AQUINO



Natural de Nápoles na Itália, Tomás de Aquino (1225 – 1274) foi ordenado monge dominicano e estudou na universidade de sua cidade natal e na de Bolonha. Mais tarde tornou-se professor da maior universidade europeia daquela época, a de Paris.

Se Santo Agostinho cristianizou Platão, Tomaz de Aquino cristianizou Aristóteles ao usar sua teoria filosófica para explicar a fé e até mesmo a existência de Deus. A influência de seu pensamento penetrou toda a Europa a ponto de ele ser considerado o conselheiro dos conselheiros dos reis. Ou seja, o mestre dos mestres. Sua obra principal foi a *Suma Teológica*.

Se em Santo Agostinho o lema era “crer para entender”, aqui é “entender para crer”. Apesar de dar uma valorizada na razão, ele também a entendia como a serviço da fé.

A teologia não substitui a filosofia - Razão e fé

O objeto primário das reflexões de Tomás é Deus, não o homem ou o mundo, porque somente no contexto da revelação é que se torna possível raciocinar sobre o homem e o mundo.

Muito se tem discutido sobre se existe ou não uma razão autônoma da fé em Tomás, ou seja, uma filosofia distinta da teologia.

A verdade é que em Tomas há uma razão e uma filosofia como preparação para a fé. A filosofia tem sua configuração e sua autonomia, mas não exaure tudo o que se pode dizer ou conhecer. Assim, é preciso integrá-la a tudo o que está contido na sagrada escritura em relação a Deus, ao homem e ao mundo.

A diferença entre a filosofia e a teologia não está no fato de que uma trata de certas coisas e a outra de outras coisas, porque ambas falam de Deus, do homem e do mundo.

A diferença está no fato de que a primeira oferece um conhecimento imperfeito daquelas mesmas coisas que a teologia está em condições de esclarecer em seus aspectos e conotações específicos relativos à salvação eterna.

A fé, portanto, melhora a razão assim como a teologia melhora a filosofia. A graça não suplanta, mas aperfeiçoa a natureza. E isso significa duas coisas:

a) a teologia retifica a filosofia, não a substitui, assim como a fé orienta a razão, não a elimina;

b) a filosofia, como preparação para a fé, tem sua autonomia, porque é formulada com instrumentos e métodos não assimiláveis aos da teologia.

Dessa maneira, teologia (fé) e filosofia (razão natural) são conciliáveis, desde que a razão ampare o caminho até a verdade revelada, isto é, um bom uso da razão faz com que possamos acessar a verdade de Deus. Portanto, não deve haver conflito entre fé e razão. O saber teológico não suplanta o saber filosófico nem a fé substitui a razão, até porque, e este é o último motivo, a fonte da verdade é única.

É preciso partir das verdades “racionais”, porque é a razão que nos une. É sobre essa base que se podem obter os primeiros resultados universais, porque racionais, com base nos quais se pode depois construir um discurso de aprofundamento de caráter teológico.

Discutindo com os judeus, pode-se assumir como pressuposto o Antigo Testamento; discutindo com os heréticos, pode-se assumir toda a Bíblia. Mas que pressuposto pode tornar possível a discussão com os pagãos ou gentios senão aquilo que nos assemelha, isto é, a razão?

A esse motivo, de índole apologética, devem-se acrescentar duas considerações de caráter mais geral, isto é, no sentido de que a razão constitui nossa característica. Deixar de utilizar essa força, mesmo que em nome de uma luz superior, seria deixar de lado uma exigência primordial e natural. Ademais, existe um corpus filosófico que é fruto de tal exercício racional, como a filosofia grega, cujos resultados foram apreciados e utilizados por toda a tradição cristã.

Por fim, Tomás tinha a convicção de que, apesar de sua radical dependência de Deus no ser e no agir, o homem e o mundo gozam de relativa autonomia, sobre a qual deve-se refletir com os instrumentos da razão pura, fazendo frutificar todo o potencial cognoscitivo para responder a vocação original de “conhecer e dominar o mundo”.

Teoria do conhecimento

De acordo com a sua teoria do conhecimento, o homem é um ser duplo, composto por um corpo material e por uma alma inteligível. O homem conhece porque é alma, mas não tem acesso direto a Deus porque também é corpo.

Nosso conhecimento sempre parte dos sentidos, mas atinge o inteligível por meio da *abstração*. Desse modo, a teoria tomista do conhecimento é a do *realismo*, ou seja, considera que os conceitos que apreendemos pelo conhecimento possuem uma realidade autônoma e objetiva. O que a faculdade do conhecimento recebe do objeto é uma impressão deste. O que primeiro conhecemos são essas impressões, porque elas remetem de forma intencional ao objeto observado.

Tomás fixou-se num **realismo moderado**, tomando como ponto de partida o ser captado pela inteligência no âmbito do conhecimento sensível, de onde o abstrai, para em seguida buscar novos resultados da especulação sem nunca ultrapassar o âmbito limitado do ser sensível.

A ontologia

A metafísica de Tomás distingue o ente (existente) da essência e privilegia o primeiro em relação a segunda. O ente pode ser lógico (conceitual) e real (extramental).

O ente lógico tem a função de unir mais conceitos, mas isso não significa que para cada ente lógico corresponda um ente real (por exemplo, ao conceito de cegueira não corresponde nenhum ente real). É esta posição do "realismo moderado" que recorre ao poder de abstração do intelecto para explicar os universais.

Tudo o que existe é ente e, portanto, também Deus e o mundo. Todavia, Deus e o mundo são entes de modo diverso; o ser se predica deles por analogia; Deus é o ser, o mundo tem o ser.

A essência é o "o que é" de uma coisa, mas é apenas potência de ser, apenas em Deus potência e



existência coincidem; no mundo e no homem não há correspondência entre potência de ser e existência real. Por este motivo, apenas Deus é necessário (possui como próprio o ato de ser), o mundo, ao contrário, é contingente, porque possui o ser apenas por participação.

Em Tomás o ato de ser tem proeminência sobre a essência, a tal ponto que sua filosofia pode ser considerada uma metafísica do ser. O problema dominante é, portanto, estabelecer o que é o ser (e não o que é a essência), ou por que existe o ser e não o nada. Mas a solução pertence ao âmbito do mistério, e ao homem cabe maravilhar-se a cada momento do fato de que tudo o que existe, enquanto, seria mais lógico que não existisse. Diverso, porém, é o discurso sobre os modos de ser que são para nosso filósofo as dez categorias.

Todo ente compreende em si o uno, o verdadeiro e o bom (os assim chamados transcendentais do ser), motivo pelo qual se pode dizer que o ser é uno, verdadeiro e bom.

Dizer que o ser é uno significa afirmar que ele é intrinsecamente não contraditório; mas também neste caso a unidade se predica de Deus e do homem apenas por analogia. Deus com efeito, é verdadeiramente simples; o homem, ao contrário, é uma unidade por composição (essência + *actus essendi*).

O verdadeiro é um transcendental do ente no sentido de que todo ente é inteligível. Mas isso pode ser dito em dois sentidos: de um lado, para afirmar que **existe uma verdade ontológica** (todo ente é verdadeiro porque se adapta ao intelecto divino que o pensa), e por outro lado para afirmar que **existe uma verdade lógica**, que é a adequação da nossa mente humana ao objeto. A verdade de um ente depende do grau de ser que possui; neste sentido, Deus, que é sumo ente, e também suma verdade.

Por fim, tudo o que é, é também bom porque é fruto da bondade difusiva de Deus. Nessa concepção, Deus se apresenta como Sumo bem.

Dado que Deus é causa do criado, o próprio criado apresenta algumas semelhanças com Deus. Por outro lado, a transcendência de Deus implica também uma insuperável dessemelhança entre o Criador e o criado, a ponto de nosso conhecimento de Deus (pelo fato de que Deus não tem nenhuma essência específica) tornar-se impossível, e exprimível apenas por via negativa. Essa contemporânea semelhança e dessemelhança do mundo com Deus constitui a relação de analogia.

As provas da existência de Deus

Segundo Santo Tomás a razão pode provar a existência de Deus através de cinco vias, todas de índole realista: considera-se algum aspecto da realidade dada pelos sentidos como o efeito do qual se procura a causa.

1. Movimento - A primeira fundamenta-se na constatação de que no universo existe *movimento*. Baseado em Aristóteles, Santo Tomás considera que todo movimento tem uma causa, que deve ser exterior ao próprio ser que está em movimento, pois não se pode admitir que uma mesma coisa possa ser ela mesma a coisa movida e o princípio motor que a faz movimentar-se.

Por outro lado, o próprio motor deve ser movido por um outro, este por um terceiro, e assim por diante. Nessas condições, é necessário admitir ou que a série de motores é infinita e não existe um primeiro termo (não se conseguindo, assim, explicar o movimento), ou que a série é finita e seu primeiro termo é Deus.)

2. Causa eficiente - A segunda via diz respeito à ideia de *causa* em geral. Todas as coisas ou são causas

ou são efeitos, não se podendo conceber que alguma coisa seja causa de si mesma. Nesse caso, ela seria causa e efeito no mesmo tempo, sendo, assim, anterior e posterior, o que seria absurdo. Por outro lado, toda causa, por sua vez, deve ter sido causada por outra e esta por uma terceira, e assim sucessivamente. Impõe-se, portanto, admitir uma primeira causa não causada, Deus, ou aceitar uma série infinita e não explicar a causalidade.

3. Contingente e necessário – A terceira via refere-se aos conceitos de *necessidade e contingência*. Todos os seres estão em permanente transformação, alguns sendo gerados, outros se corrompendo e deixando de existir. Mas poder ou não existir não é possuir uma existência necessária e sim contingente, já que aquilo que é necessário não precisa de causa para existir. Assim, o possível ou contingente não teria em si razão suficiente de existência e, se nas coisas houvesse apenas o possível, não haveria nada.

Para que o possível exista é necessário, portanto, que algo o faça existir. Ou seja: se alguma coisa existe é porque participa do necessário. Este, por sua vez, exige uma cadeia de causas, que culmina no necessário absoluto, ou seja, Deus.

4. Graus de perfeição – A quarta via tomista para provar a existência de Deus é de índole platônica e baseia-se nos *graus hierárquicos de perfeição* observados nas coisas. Há graus na bondade, na verdade, na nobreza e nas outras perfeições desse gênero. O mais e o menos, implicados na noção de grau, pressupõem um termo de comparação que seja absoluto. Deverá existir, portanto, uma verdade e um bem em si: Deus.

5. Causa final - A quinta via fundamenta-se na *ordem das coisas*. De acordo com o finalismo aristotélico adotado por Tomás de Aquino, todas as operações dos corpos materiais tenderiam a um fim, mesmo quando desprovidos da consciência disso. A regularidade com que alcançam seu fim mostraria que eles não estão movidos pelo acaso; a regularidade seria intencional e desejada. Uma vez que aqueles corpos estão privados de conhecimento, pode-se concluir que há uma inteligência primeira, ordenadora da finalidade das coisas. Essa inteligência soberana seria Deus.

O livre arbítrio

Para Tomás, o homem é natureza racional, isto é, um ser capaz de conhecer. É justamente essa concepção de homem que encontramos na base da sua ética e da sua política.

Antes de mais nada, o homem conhece o fim ao qual cada coisa tende por natureza, e conhece uma ordem das coisas no cume da qual está Deus como Bem supremo.

Naturalmente, se o intelecto pudesse oferecer a

visão beatífica de Deus, a vontade humana não poderia deixar de querê-la. Mas, aqui embaixo, isso não é possível. Na vida terrena, o intelecto só conhece o bem e o mal de coisas e ações que não são Deus. Portanto, a vontade é livre para querê-las ou não.



E é exatamente na liberdade do homem (que não é de forma alguma reduzida pela presciência de Deus, que prevê o que é necessário e o que propriamente será livre, isto é, devido unicamente a liberdade humana), que Tomás vê a raiz do *mal*, concebido, com Agostinho, como ausência de bem. "Por sua própria natureza, o homem tem o livre-arbítrio", ele não se dirige para um fim, como a flecha lançada pelo arqueiro, mas sim *se dirige livremente* para um fim. E como há nele um *habitus* natural de captar os princípios do conhecimento, também há sempre nele uma disposição ou *habitus* natural – a assim chamada *sindérese* - que o leva a compreender os princípios que inspiram e guiam as boas ações.

Mas compreender ainda não significa agir. E o homem, justamente porque é livre, peca quando se afasta deliberadamente e infringe as leis universais que a razão lhe dá a conhecer e a lei de Deus lhe revela.

A doutrina do Direito

Tomás distingue três tipos de leis: a *lex aeterna*, a *lex naturalis* e a *lex humana*. E acima delas está a *lex divina*, ou seja, a lei revelada por Deus. A *lex aeterna* é o plano racional de Deus, a ordem do universo inteiro, pela qual a sabedoria divina dirige todas as coisas para seu fim. É o plano da Providência conhecido unicamente de Deus e de poucos eleitos. Entretanto, há uma parte dessa lei eterna da qual, como natureza racional, o homem é participe. E tal participação é definida por Tomás com o nome de *lei natural*.

Em suma, enquanto seres racionais, os homens conhecem a lei natural, cujo núcleo essencial está no preceito de que "se deve fazer o bem e evitar o mal". Para o homem, como para todo ente, a sua própria conservação é um bem. Para o homem, como para todo animal, é bem seguir os ensinamentos universais da natureza, união do macho e da fêmea, proteção e crescimento dos filhotes etc. Para o homem, enquanto ser racional, é bem conhecer a verdade, viver em sociedade etc. Entretanto, mais do que especificação do

que é o bom e do que é o mal ele vê a lei natural principalmente como forma da racionalidade.

Estreitamente ligada a *lex naturalis*, Tomás considera a *lex humana*.

Trata-se da lei jurídica, isto é, o direito positivo, a lei feita pelo homem. E os homens, que são sociáveis por natureza, fazem as leis jurídicas para dissuadir os indivíduos do mal.

E como toda lei é algo que pertence à razão, (uma vez que pertence à razão estabelecer os meios para os fins e ver a ordem dos fins), a *lex humana* é a ordem promulgada pela coletividade ou por quem tem a responsabilidade pela comunidade, tendo em vista o bem comum.

Se os preceitos da lei humana ou positiva são derivados da lei natural, eles são conhecidos pela razão e estão presentes no conhecimento. Desse modo, a sociedade poderia até não fixá-los na lei humana ou jurídica. Entretanto, nós os encontramos estabelecidos no direito.

E isso se dá porque existem "pessoas propensas aos vícios e neles obstinadas, e dificilmente podem ser guiadas pela persuasão. Assim, é necessário que sejam obrigadas pela força e pelo temor a evitar o mal, para que, abstendo-se de fazer o mal pelo menos por esse motivo, deixem os outros em paz e, finalmente, por esse hábito de evitar o mal, sejam levadas a fazer voluntariamente o que antes só faziam por medo, tornando-se assim virtuosas".

A coerção exercida pela lei humana, portanto, tem a função de tornar possível a convivência pacífica entre os homens, embora para Santo Tomás ela tenha também **função pedagógica**. A lei humana, portanto, pressupõe homens imperfeitos. E como ela não reprime todos os vícios, mas somente os "que prejudicam os outros" e que, como "os homicídios, os furtos etc.", "ameaçam a conservação da sociedade humana", da mesma forma "não se precisa ordenar todos os atos virtuosos, mas somente aqueles que são necessários ao bem comum".

Se a derivação da lei natural é essencial para a lei humana, então é evidente que, quando uma lei humana contradiz a lei natural, nesse caso **ela não existe como lei**. Essa é a razão pela qual a lei deve ser *justa*. A exemplo de Agostinho, também para Tomás "não parece que possa haver lei se ela não for justa".

Se uma lei positiva estivesse em desacordo com a lei natural, então ela "não seria mais uma lei, mas uma corrupção da lei".

Portanto, se a lei humana não concorda com a lei natural, ela não é lei, mas corrupção da lei. Essa ideia de Tomás teve enorme influência, sendo frequentemente invocada para impugnar leis jurídicas consideradas em contradição com aquilo que aqueles que impugnam tal lei consideram *direito natural*. Para Tomás, a lei humana é **moralmente válida** quando deriva da lei natural.

Na opinião de Tomás, as leis jurídicas injustas são "mais violência do que leis". Entretanto, considera ele, tais leis podem até ser obrigatórias, mas somente onde seja necessário "evitar escândalo ou desordem".

Em todo caso, porém, é preciso *sempre* desobedecer à lei injusta se ela for contra a lei divina positiva, impondo a idolatria, por exemplo. E também é justificada a rebelião contra o tirano. Para Tomás, é lícito rebelar-se contra o tirano, com a condição de que a rebelião não ocasione para os súditos males piores e maiores do que a própria tirania.

Na opinião de Tomás, a **monarquia** é o melhor tipo de governo, porque assegura melhor a ordem e a unidade do Estado. E o pior tipo de governo é precisamente a tirania, já que uma força que atua para o mal é mais eficaz e, portanto, mais danosa, quando está unida (como na tirania).

O Estado pode encaminhar os homens para o bem comum e pode favorecer algumas virtudes, mas não permite ao homem alcançar o seu fim último, que é sobrenatural. Em suma, a lei natural e as leis positivas servem aos fins terrenos do homem. Mas o homem tem um fim sobrenatural, que é precisamente a bem-aventurança eterna. E a *lex naturalis* e a *lex humana* não são suficientes para conduzir o homem a esse fim. Para tanto, é necessária uma lei sobrenatural, trata-se da *lex divina*, isto é, a lei revelada, a lei *positiva* de Deus que encontramos no Evangelho, que é guia para alcançar a bem-aventurança e que, além disso, preenche as lacunas e imperfeições das leis humanas.

A fé como guia da razão

Deus é o ser supremo e perfeito, o ser verdadeiro. Todo o resto é fruto do seu ato criativo, livre e consciente. Essas são as duas teses aceitas por fé, que cumprem a função de guias do discurso racional, ou melhor, essa é a medida de avaliação com que Tomás examina qualquer outro discurso filosófico e se aproxima de Aristóteles para repropor suas teses mais qualificadas.

O peso dessas teses na elaboração da metafísica e das provas da existência de Deus foi tão relevante que chegou a levar não poucos estudiosos a falarem de **filosofia cristã** e não simplesmente de "filosofia". É fácil nesse caso compreender como todos os problemas propostos pela filosofia grega se modificam no quadro da afirmação de que Deus é o ser supremo e criador.

Enquanto, no contexto tomista, Deus é fonte do ser, de *todo* o ser, no contexto grego Deus é aquele que dá *forma* ao mundo, moldando uma matéria preexistente (Platão), ou então que dá origem ao cosmo, atraindo-o com sua própria perfeição (Aristóteles).

O Deus dos filósofos gregos não dá o ser em sentido radical e total, mas apenas certo modo de ser, porque também a matéria existe desde a eternidade e é

dele independente. Para Tomás, ao contrário, além da forma dos seres, Deus é o criador do ser dos seres.

Portanto, as provas cosmológicas, que parecem tomadas em peso de Aristóteles, de certo modo mudam de fisionomia. As provas não são físicas, mas físico-metafísicas, por causa da relação primária e fundante, constituída pelo ato criador.

Se o discurso no nível de ser mostra a profundidade da relação dos seres com o ser supremo, o discurso sobre o ato criador mostra a nova perspectiva com a qual Tomás interpreta o mundo. Como Deus é fonte de todo o *ser* nada escapa a sua ação, nem mesmo a última determinação individual.

Mas só se pode dizer que cada coisa tem um significado e uma vocação se cada realidade, enquanto existente, é por ele conhecida e querida.

Os antigos problemas reencontram-se no quadro dessas duas teses fundamentais, mas aprofundados e renovados. Se Deus é o ser supremo e criador, então as criaturas também são seres. Elas, porém, **não são o ser, mas têm o ser através do ato causal que, além das formas dos entes, também determina o ser dos entes.**

Além disso, se Deus é o ser supremo e o ser por essência, como conceber criaturas fora dele? A essa pergunta Tomás responde com a doutrina da *analogia*, extraída de Aristóteles, mas com nova valência, porque explica a similitude e a dessemelhança entre o ser supremo e o ser parcial.

A essa categoria agrega-se outra noção, a de **participação**, que esclarece ulteriormente como é possível haver outros seres fora de Deus. Esses seres nada mais são do que "participação" do ser divino. **Deus é o ser por essência, as criaturas por participação.**

Tal conceito implica amor, liberdade e consciência, por meio dos quais Deus transmite seu ser fora de si. O Deus de Aristóteles atrai para si as coisas como causa final, coisas que, porém, não foram criadas por ele; o Deus de Tomás atrai para si as criaturas, que criou por amor, encerrando o ciclo de amor aberto com o ato criador.

Mas poderá Deus criar para a sua glória sendo esta inalterável, porque não pode crescer nem diminuir? Deus cria outros seres para que desfrutem de sua glória, como ele próprio a desfruta. Não é para si mesmo, portanto, mas sim para nós que Deus difunde sua glória; não é para ganhá-la, porque já a possui; nem para aumentá-la, porque já é perfeita, mas apenas para comunicá-la.

O Deus de Tomás é o Deus do amor, sendo, portanto, criador e provedor, não ficando encerrado no círculo de seus pensamentos, como o Deus de Aristóteles.

Nesse contexto, o **problema do mal** assume outras conotações. Se Deus não existe, então o bem não se explica. Mas, se Deus existe, de onde vem o mal?

Para a filosofia antiga, como o ser e o bem, o mal é o não-ser, a matéria que se rebela contra a forma ou contra a ação plasmadora do Demiurgo (Platão). Tomás, para quem tudo provém de Deus, propõe o problema do mal (físico e moral) em contexto diferente.

Sua raiz se encontra na contingência do ser finito, que explica as mutações e a morte, bem como a liberdade da criatura racional, que pode não reconhecer sua dependência de Deus. O mal moral não é causado pelo corpo. Não é o corpo que faz o espírito pecar, mas o espírito que faz pecar o corpo. O mal moral não significa diminuir o papel da racionalidade, como para os filósofos gregos; não é identificável com o erro. O mal é desobediência a Deus, é rejeição da dependência fundamental em relação ao Criador. A raiz do mal está na liberdade.

O pensamento de São Tomás de Aquino, por ser o que de melhor a Igreja produziu na idade média, influenciou suas ações durante séculos. Foi o que os jesuítas, responsáveis pela educação dos jovens, ensinaram nos mosteiros, escolas e universidades. E foi sobre o seu aporte teórico que caíram as críticas de cientistas renascentistas como Galileu, e filósofos como Descartes e Thomas Hobbes.

Leitura complementar

As verdades da razão natural não contradizem as verdades da fé cristã

Se é verdade que a verdade da fé cristã ultrapassa as capacidades da razão humana, nem por isso os princípios inatos naturalmente à razão podem estar em contradição com esta verdade sobrenatural.

É um fato que esses princípios naturalmente inatos à razão humana são absolutamente verdadeiros; são tão verdadeiros, que chega a ser impossível pensar que possam ser falsos. Tampouco é permitido considerar falso aquilo que cremos pela fé, e que Deus confirmou de maneira tão evidente, que só o falso constitui o contrário do verdadeiro, como se conclui claramente da definição dos conceitos, é impossível que a verdade da fé seja contrária aos princípios que a razão humana conhece em virtude das suas forças naturais.

(...) Deus não pode infundir no homem opiniões ou uma fé que vão contra os dados do conhecimento adquirido pela razão natural.

É isto que faz o apóstolo São Paulo escrever, na Epístola aos Romanos: "A palavra está bem perto de ti, em teu coração e em teus lábios, ouve: a palavra da fé, que nós pregamos" (Romanos, - capítulo 10. versículo 8). Todavia, já que a palavra de Deus ultrapassa o entendimento, alguns acreditam que ela esteja em contradição com ele. Isto não pode ocorrer.

Também a autoridade de Santo Agostinho o confirma. No segundo livro da obra Sobre o Gênese comentado ao pé da letra, o Santo afirma o seguinte:

"Aquilo que a verdade descobrir não pode contrariar aos livros sagrados, quer do Antigo quer do Novo Testamento".

Do exposto se infere o seguinte: quaisquer que sejam os argumentos que se aleguem contra a fé cristã, não procedem retamente dos primeiros princípios inatos à natureza e conhecidos por si mesmos.

Por conseguinte, não possuem valor demonstrativo, não passando de razões de probabilidade sofismáticas. E não é difícil refutá-los.

(Santo Tomás de Aquino, Súpula contra os gentios, Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 70.)

Deus é imóvel

Daqui se infere ser necessário que o Deus que põe em movimento todas as coisas é imóvel. Com efeito, por ser a primeira causa motora, se Ele mesmo fosse movido, sê-lo-ia ou por si mesmo ou por outro. Ora, Deus não pode ser posto em movimento por outra causa motora, pois neste caso haveria, outra causa anterior a Ele, com o que já não seria Ele a primeira causa motora. Se fosse movido por si mesmo, teoricamente isto poderia ocorrer de duas maneiras: ou sendo Deus, sob o mesmo aspecto, causa e efeito ao mesmo tempo, ou sendo Ele, sob um aspecto, causa de si mesmo, e, sob outro, efeito.

Ora, a primeira hipótese não pode ocorrer, pois tudo o que é movido está em potência, ao passo que o que move está em ato (na qualidade de causa motora). Se Deus fosse sob um e mesmo aspecto causa e efeito ao mesmo tempo, seria necessariamente potência e ato sob o mesmo aspecto e ao mesmo tempo, o que é impossível.

Tampouco pode-se verificar a segunda hipótese acima apontada. Pois, se Deus fosse sob um aspecto causa motora, e sob outro efeito movido, já não seria a primeira causa em virtude de si mesmo. Ora, o que é por si mesmo, é anterior ao que não o é. Logo, é necessário que a primeira causa motora seja totalmente imóvel.

A mesma argumentação pode ser feita a partir das causas motoras e dos defeitos existentes no universo criado. Com efeito, parece que todo o movimento procede de uma causa imóvel, a qual não é movida segundo o mesmo tipo de movimento. Assim, observamos que os processos de alteração, de geração e de corrupção verificados no reino criado inferior se reduzem ao corpo celeste (o Sol) como à sua primeira causa motora, a qual por sua vez não é movida por nenhuma outra situada dentro da mesma esfera, uma vez que não pode ser gerada, nem corrompida, nem alterada. Conclui-se, portanto, necessariamente que aquele que constitui o princípio primário de todo movimento é totalmente imóvel.

(Santo Tomás de Aquino, Compêndio de teologia, Col. Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 78.)

5.5 GUILHERME DE OCKHAM



A figura que mais do que qualquer outra representa as múltiplas instâncias com que se encerra a Idade Média e se abre o século XIV é o franciscano Guilherme de Ockham, que nasceu na vila de Ockham, na Inglaterra, em 1285.

Conhecido como "o príncipe dos nominalistas", no passado ele era lembrado o mais das vezes como teórico de vis sutilezas, privadas de qualquer contato com a realidade.

Logo, porém, sua originalidade emergiu novamente nas várias vertentes do saber lógico, científico, filosófico e teológico.

Além de suas contribuições lógicas, também se destacam suas teorias físicas e, sobretudo, a concepção do conhecimento físico de natureza especificamente empírica, bem como a separação entre a filosofia e a teologia; no campo político-religioso, a autonomia do aspecto temporal em relação ao espiritual, com suas consequências políticas e institucionais.

O espírito "laico", mas não "laicista", se inicia com ele, porque, com sua doutrina e sua vida, ele encarna a incipiente afirmação dos ideais de dignidade de cada homem, do poder criador do indivíduo e da cultura em expansão, livre de censuras, ideias que a nova época do Renascimento desenvolverá.

Independência da fé em relação à razão

Mais do que ninguém, Ockham tinha consciência da fragilidade teórica da harmonia entre razão e fé, bem como do caráter subsidiário da filosofia em relação à teologia.

As tentativas de Tomás no sentido de mediar a relação entre razão e fé com elementos aristotélicos ou agostinianos, através da elaboração de complexas construções metafísicas e gnosiológicas, pareciam-lhe inúteis e danosas. O plano do saber racional, baseado na clareza e evidência lógicos, e o plano da doutrina teológica, orientado pela moral e baseado na luminosa certeza da fé, são planos assimétricos.

Não se trata apenas de distinção, mas de separação. As verdades de fé não são evidentes por si mesmas, como os princípios da demonstração; não são demonstráveis, como as conclusões da própria demonstração; não são prováveis, porque parecem falsas para os que se servem da razão natural.

A filosofia não é serva da teologia, que não é mais considerada ciência, mas sim um complexo de

proposições mantidas em vinculação não pela coerência racional, e sim pela força de coesão da fé.

Nesse contexto e em tal direção, Ockham transformou outra verdade cristã, a suprema onipotência de Deus, em instrumento de dissolução das metafísicas do cosmo que se haviam cristalizado nas filosofias ocidentais de inspiração aristotélica e neoplatonizante.

Se a onipotência de Deus é ilimitada e o mundo é obra *contingente* de sua liberdade criadora, então, diz Ockham, não há nenhuma vinculação entre Deus onipotente e a multiplicidade dos indivíduos finitos, singularmente, além do laço que brota de puro ato de vontade criadora da parte de Deus e, portanto, não tematizável por nós, mas conhecido apenas por sua sabedoria infinita.

Então, o que são os sistemas de exemplares ideais, de formas platônicas ou de essências universais, propostos por Agostinho como intermediários entre o *Logos* divino e a grande multiplicidade das criaturas, senão resíduos de razão soberba e pagã?

O mesmo se diga das doutrinas da analogia, das causas e, antes, da metafísica do ser de Tomás de Aquino, que instituem relações reais ou de alguma continuidade entre a onipotência de Deus e a contingência das criaturas. Essas metafísicas pertencem a um reino que está a meio caminho entre a fé e a razão, incapaz de alimentar uma e sustentar a outra.

O primado do indivíduo

A clara distinção entre Deus onipotente e a multiplicidade dos indivíduos, sem nenhum laço além do que pode ser identificado com o puro ato da vontade divina criadora, racionalmente indecifrável, é tão clara a ponto de induzir Ockham a conceber o mundo como conjunto de elementos individuais, sem nenhum laço verdadeiro entre si e não ordenáveis em termos de natureza ou de essência. A exaltação do indivíduo é tal que Ockham nega até mesmo a distinção interna entre matéria e forma no indivíduo, distinção que, se fosse real, comprometeria a unidade e a existência do indivíduo.

Eis, então, as duas consequências fundamentais do primado absoluto do indivíduo. Antes de mais nada, em contraste com as concepções aristotélicas e tomistas, segundo as quais o verdadeiro saber tem como objeto o universal, Ockham considera que o objeto próprio da ciência é constituído pelo objeto individual. A segunda é que todo o sistema de causas necessárias e ordenadas, que constituíam a estrutura do cosmo platônico e aristotélico, cede seu lugar a um universo fragmentado em inúmeros indivíduos isolados, absolutamente contingentes porque dependentes da livre escolha divina.

Nesse contexto, pode-se compreender a irrelevância dos conceitos de ato e potência, bem como

de matéria e forma, nos quais baseava-se há mais de um século a problemática metafísica e gnosiológica ocidental.

Conhecimento intuitivo e abstrativo

O primado do indivíduo leva ao primado da experiência, na qual se baseia o conhecimento. A esse respeito, é necessário distinguir entre **conhecimento não-complexo**, relativo aos termos singulares e aos objetos que eles designam, e **conhecimento complexo**, relativo às proposições resultantes, compostas de termos. A evidência de uma proposição deriva da evidência dos termos que a compõem. Não havendo esta, não pode haver aquela. Daí a importância do conhecimento não-complexo, que pode ser **intuitivo e abstrativo**.

O conhecimento intuitivo se refere à existência de um ser concreto e por isso move-se na esfera da contingência, porque atesta a existência ou não de uma realidade. A importância do conhecimento intuitivo consiste antes de mais nada no fato de que é o conhecimento fundamental, sem o qual os outros tipos de conhecimento não seriam possíveis. Com o conhecimento intuitivo chegamos a saber se uma coisa existe ou não existe, e assim o intelecto julga de modo imediato sobre a realidade ou irrealidade de qualquer coisa.

O conhecimento intuitivo perfeito se tem quando o objeto, por exemplo, da arte ou da ciência, é uma realidade presente; ele é, ao contrário, imperfeito, quando se refere a qualquer realidade do passado.

O conhecimento intuitivo pode ser tanto sensível (conhecer esta mesa) como intelectual, enquanto o intelecto conhece também seus próprios atos e os movimentos da alma, como o amor, a dor ou o prazer. Portanto, o empirismo de Ockham é indubitavelmente radical, mas absolutamente não fundamentado nos sentidos.

O conhecimento abstrativo deriva do conhecimento intuitivo e pode ser entendido de dois modos: de um lado, quando se refere a algo abstraído de muitos singulares; por outro lado, enquanto faz abstração da existência e não-existência das coisas contingentes.

Consequentemente, o objeto de ambos os conhecimentos é idêntico, mas captado sob aspectos diversos: o intuitivo capta a existência ou a inexistência de uma realidade, ao passo que o abstrativo prescinde desses dados. Os dois conhecimentos são intrinsecamente distintos porque cada qual tem o seu próprio ser: o primeiro diz respeito a juízos de existência, o segundo não; o primeiro está ligado à existência ou não de uma coisa (por exemplo, este livro sobre a mesa), o segundo prescinde disso; o primeiro é causado pelo objeto presente, o segundo o pressupõe e é posterior sua apreensão; o primeiro trata de verdades

contingentes, o segundo de verdades necessárias e universais.

Mas em que sentido o conhecimento abstrato persegue verdades necessárias e universais?

O nominalismo

Em muitas oportunidades e sem vacilações, Ockham afirmou que o universal não é real. A realidade do universal, portanto, é contraditória, devendo ser total e radicalmente excluída. A realidade é essencialmente individual.

Os universais são nomes, não uma realidade, nem algo com fundamento na realidade. A realidade, portanto, é essencialmente individual.

Como ficam então o conhecimento abstrativo e o caráter universal de suas proposições? Se ele não é real nem tem fundamento na realidade, é lícito falar ainda de universal?

Os universais não são coisas existentes fora da alma, nas coisas. Eles são simplesmente formas verbais por meio das quais a mente humana estabelece uma série de relações de exclusiva dimensão lógica.

O que é então o conhecimento abstrativo? É sinônimo do conhecimento extraído de muitos objetos individuais. Se cada realidade singular provoca um conhecimento também singular, a repetição de muitos atos de conhecimento relativos a coisas semelhantes entre si gera no intelecto conceitos que não significam uma coisa singular, mas uma multiplicidade de coisas semelhantes entre si.

Como sinais abreviatórios de coisas semelhantes, tais conceitos são chamados universais, não representando, portanto, nada mais que a reação do intelecto à presença de realidades semelhantes. Assim, se o nome "Sócrates" se refere a determinada pessoa, o nome "homem" é mais genérico e abstrato, porque se refere a todos os indivíduos que podem ser indicados pela forma geral e abreviatória típica daquele conceito, que por isso é chamado de universal.

Mas, se não existe uma natureza comum nem se pode considerar real o universal, como fica então a ciência que, segundo os aristotélicos e os agostinianos, não tem por objeto o singular, mas sim o universal?

Naturalmente, as premissas de Ockham excluem um sistema de leis universais e, mais ainda, uma estrutura hierárquica e sistemática do universo. Mas será que a queda dessa construção metafísica prejudica todo saber?

Segundo o príncipe dos nominalistas, tal tipo de saber metafísico cristaliza danosamente o saber. Para ele, é suficiente um tipo de conhecimento provável, que, baseando-se em repetidas experiências, permite prever que o que aconteceu no passado tem alto grau de possibilidade de acontecer também no futuro.

Abandonando, portanto, a confiança aristotélica e tomista nas demonstrações metafísico-

físicas, ele teoriza certo grau de probabilidade derivada da pesquisa e, ao mesmo tempo, a estimula em um universo de coisas individuais e múltiplas, não correlatas por nexos imutáveis e necessários.

A "navalha de Ockham"

Nesse contexto de extrema fidelidade ao individual não é difícil captar as implicações do preceito metodológico, simples na enunciação, mas fecundo em consequências, assim formulado: "Não se deve multiplicar os entes se não for necessário".

Conhecido como a "navalha de Ockham", esse lema tornou-se arma crítica contra o platonismo das essências e contra os aspectos do aristotelismo em que se percebe mais a presença de elementos platônicos. Em rápida sequência, vejamos como, na filosofia de Ockham, caem por terra os pilares da metafísica e da gnosiologia tradicional.

Antes de mais nada, é fundamental a rejeição da metafísica do Ser analógico de Tomás, em nome do único laço entre finito e infinito, constituído pelo puro ato da vontade criadora de Deus, ato que não é passível de nenhuma tematização racional.

Juntamente com o conceito metafísico de ser analógico, cai também o conceito de substância. Nós só conhecemos das coisas as qualidades ou os acidentes que a experiência revela. O conceito de substância representa apenas uma realidade desconhecida, arbitrariamente enunciada como conhecida. Nenhum motivo milita em favor de tal entidade, cuja admissão viola o princípio da economia da razão.

O mesmo se diga da noção metafísica de causa eficiente. Aquilo que é cognoscível empiricamente é a diversidade entre causa e efeito, ainda que no constante suceder-se deste àquela. É possível enunciar as leis que regulam o decurso dos fenômenos, mas não um pretensão vínculo metafísico e, portanto, necessário entre causa e efeito. E o que se diz da causa eficiente vale também para a causa final.

Quem afirma que ela atua enquanto querida e desejada fala metaforicamente, porque o desejo e o amor não implicam ação efetiva. Ademais, não é possível demonstrar que um evento qualquer tenha causa final. Não tem sentido dizer que o fogo queima em função de um fim, uma vez que não é necessário postular um fim para que se tenha tal efeito.

No que se refere à gnosiologia, com suas implicações metafísicas, o discurso é mais simples. Diante do tema de se é ou não necessário distinguir o intelecto agente do intelecto possível, tão debatido entre aristotélicos e averroístas e aristotélicos-tomistas, Ockham afirma que essa é uma questão ociosa.

Ele não apenas nega essa distinção como supérflua, mas afirma com decisão a unidade do ato cognoscitivo e a individualidade do intelecto que o realiza.

A suposta necessidade de categorias e de princípios universais, que levava a distinção entre intelecto agente e intelecto possível, é considerada artificial e completamente inútil para a concretização efetiva do conhecimento. Se o conjunto das operações cognoscitivas é único, também único deve ser o intelecto que o realiza.

Tal sequência de críticas à construção metafísica e gnosiológica com a qual Ockham se defronta nos sugere duas observações.

Antes de mais nada, a "navalha de Ockham" abre caminho para um tipo de consideração "econômica" da razão, que tende a excluir do mundo e da ciência os entes e conceitos supérfluos, a começar pelos entes e conceitos metafísicos, que imobilizam a realidade e a ciência, configurando-se como norma metodológica que mais tarde seria definida como rejeição das "hipóteses *ad hoc*". Por outro lado, tal crítica parte do pressuposto de que não é necessário admitir nada fora dos indivíduos, bem como, por fim, de que o conhecimento fundamental é o conhecimento empírico.

Deus

No que se refere ao conhecimento de Deus, Ockham nega que se possa conhecer Deus intuitivamente e afirma que nenhuma das provas a posteriori precedentemente elaboradas sobre causas seja convincente. Neste caso, mais que falar de causas eficientes (que fazem as coisas ser ou não ser), deveríamos falar de causas conservantes (que conservam ou não conservam), graças as quais é fácil inferir, da existência em ato do mundo, a existência de Deus.

O conhecimento que a razão pode obter de Deus é de fato escasso, enquanto de outro porte é o que a fé consegue obter por meio da revelação. Desse modo, por causa da manifesta incapacidade do pensamento de afirmar algo de significativo sobre Deus, não há mais razão de continuar na busca de uma colaboração entre fé e razão; o equilíbrio entre fé e razão fora um dos principais problemas de todo o pensamento medieval.

A síntese do pensamento de Ockham não será, portanto, nem entender para crer (Tomás), nem crer para entender (Agostinho), mas **crer e entender**.

Poder papal e real

Ockham foi um dos mais inteligentes intérpretes da decadência, na consciência coletiva, dos ideais e dos poderes universais encarnados pelas duas figuras teocráticas: o imperador e o pontífice romano.

A defesa intransigente do "indivíduo" como única realidade concreta, a tendência de basear o valor do conhecimento na experiência direta e imediata, bem

como a separação programática entre a experiência religiosa e o saber racional e, portanto, entre fé e razão, não podiam deixar de conduzi-lo à defesa da autonomia do poder civil em relação ao poder espiritual e, portanto, a exigência de profunda transformação da estrutura e do espírito da Igreja.

Trata-se de projeto que, pelo que se pode ver a partir destes últimos elementos, atinge todos os fundamentos da cultura medieval, lançando os pressupostos da cultura humanista-renascentista.

Envolvido no conflito entre o papado e o império, Ockham pretende redimensionar o poder do pontífice e retirar o caráter sagrado do império, interessado mais no primeiro do que no segundo. Se o papa tivesse recebido de Cristo tal plenitude de poderes e se comportasse em consequência, submeteria a si todos os cristãos. Teríamos então uma escravidão pior do que a antiga, porque diria respeito a todos os homens. Trata-se então de uma tese não apenas contrária ao Evangelho, mas também às exigências fundamentais da convivência humana.

Na realidade, seu poder é limitado. O papa é ministrador, não dominador; deve servir, não sujeitar. Seu poder foi instituído em benefício dos súditos e não para que lhes fosse retirada aquela liberdade que está na base do ensinamento de Cristo. E tal poder não cabe ao papa, nem ao Concílio, porque ambos são falíveis. Não é o papa, nem o Concílio, e sim a Igreja, como comunidade livre de fiéis, que, no curso de sua tradição histórica, sanciona as verdades que constituem sua vida e seu fundamento.

A que seria reduzida a presença do Espírito Santo na comunidade dos fiéis se a função de sancionar leis ou impor verdades coubesse ao papa e ao Concílio?

A teocracia e a aristocracia não têm lugar na Igreja. É preciso abrir espaço para os fiéis, para todos os fiéis, membros efetivos da Igreja, cuja comunidade é a única à qual compete a infalibilidade.

8. A DECADÊNCIA DA ESCOLÁSTICA

Do século XIV em diante, a escolástica sofre um processo de autoritarismo de nefastas influências no pensamento filosófico e científico. Posturas dogmáticas, contrárias à reflexão, obstruem as pesquisas e a livre investigação. O **princípio da autoridade**, ou seja, a aceitação cega das afirmações contidas nos textos bíblicos e nos livros dos grandes pensadores, sobretudo Aristóteles, impede qualquer inovação. É a obscura fase do *magister dixit*, que significa "o mestre disse"...

O rigor do controle da Igreja se faz sentir nos julgamentos feitos pelo Santo Ofício (Inquisição), órgão que examinava o caráter herético ou não das doutrinas.

Conforme o caso, as obras eram colocadas no Index, lista das obras proibidas. Se a leitura fosse

permitida, a obra recebia a chancela *Nihil obstat* (nada obsta), podendo ser divulgada. Quando consideravam o caso muito grave, o próprio autor era julgado.

Foi trágico o desfecho do processo contra Giordano Bruno (séc. XVI), acusado de panteísmo e queimado vivo por ter defendido com exaltação poética a doutrina da infinitude do universo e por concebê-lo não como um sistema rígido de seres, articulados em uma ordem dada desde a eternidade, mas como um conjunto que se transforma continuamente.

Foi talvez a lembrança ainda recente deste acontecimento que tenha levado Galileu a abjurar, temendo o mesmo destino de Bruno.

QUESTÕES

1. (UEM 2011) Sobre a relação entre filosofia, Igreja e Estado na Idade Média, assinale o que for correto.

01) Na Idade Média, os mosteiros representam uma importante fonte do saber. Nesses locais, a cultura greco-latina manteve-se preservada, graças à atividade dos copistas e à conservação dos manuscritos dos autores clássicos.

02) Na Alta Idade Média, a Igreja começou a libertar-se da dominação política do Império Carolíngio e iniciou-se um período de supremacia do poder espiritual sobre o poder político.

04) Boécio (séc. VI) propõe a reabertura aos temas clássicos através de uma corrente espiritual e gnóstica denominada “nova sofística”, apresentada em sua obra máxima, a *Suma Teológica*.

08) Por ser um período de obscuridade, a filosofia medieval não se dedicou aos grandes temas da filosofia, como a questão do conhecimento, o papel da linguagem e a teleologia da práxis humana, que aparecem depois, com a modernidade.

16) O relacionamento entre a Igreja e o Estado começou no fim do Império Romano, quando o cristianismo foi transformado em religião oficial do Estado. Enquanto o paganismo perdia sua posição de religião oficial, o cristianismo era protegido pelo Império, o que permitiu sua difusão.

2. (UFF 2010) A importância do filósofo medieval Tomás de Aquino reside principalmente em seu esforço de valorizar a inteligência humana e sua capacidade de alcançar a verdade por meio da razão. Discorrendo sobre a “possibilidade de descobrir a verdade divina”, ele diz:

“As verdades que professamos acerca de Deus revestem uma dupla modalidade. Com efeito, existem a respeito de Deus verdades que ultrapassam totalmente as capacidades da razão humana. Uma delas é, por exemplo, que Deus é trino e uno. Ao contrário, existem verdades que podem ser atingidas pela razão: por exemplo, que Deus existe, que há um só Deus etc. Estas últimas verdades, os próprios filósofos as provaram por meio de demonstração, guiados pela luz da razão natural”.

contrário, existem verdades que podem ser atingidas pela razão: por exemplo, que Deus existe, que há um só Deus etc. Estas últimas verdades, os próprios filósofos as provaram por meio de demonstração, guiados pela luz da razão natural”.

A partir dessa citação, identifique a opção que melhor expressa esse pensamento de Tomás de Aquino.

- a) A Filosofia é capaz de alcançar todas as verdades acerca de Deus.
- b) O ser humano só alcança o conhecimento graças à revelação da verdade que Deus lhe concede.
- c) A fé é o único meio de o ser humano chegar à verdade.
- d) Mesmo limitada, a razão humana é capaz de alcançar por seus meios naturais certas verdades.
- e) Deus é um ser absolutamente misterioso e o ser humano nada pode conhecer d’Ele.

3. (UFF 2010) A importância do filósofo medieval Tomás de Aquino reside principalmente em seu esforço de valorizar a inteligência humana e sua capacidade de alcançar a verdade por meio da razão. Discorrendo sobre a “possibilidade de descobrir a verdade divina”, ele diz:

“As verdades que professamos acerca de Deus revestem uma dupla modalidade. Com efeito, existem a respeito de Deus verdades que ultrapassam totalmente as capacidades da razão humana. Uma delas é, por exemplo, que Deus é trino e uno. Ao contrário, existem verdades que podem ser atingidas pela razão: por exemplo, que Deus existe, que há um só Deus etc. Estas últimas verdades, os próprios filósofos as provaram por meio de demonstração, guiados pela luz da razão natural”.

A partir dessa citação, identifique a opção que melhor expressa esse pensamento de Tomás de Aquino.

- a) A Filosofia é capaz de alcançar todas as verdades acerca de Deus.
- b) O ser humano só alcança o conhecimento graças à revelação da verdade que Deus lhe concede.
- c) A fé é o único meio de o ser humano chegar à verdade.
- d) Mesmo limitada, a razão humana é capaz de alcançar por seus meios naturais certas verdades.
- e) Deus é um ser absolutamente misterioso e o ser humano nada pode conhecer d’Ele.

4. (UFU 2009) Santo Tomás de Aquino, nascido em 1224 e falecido em 1274, propôs as cinco vias para o conhecimento de Deus. Estas vias estão fundamentadas nas evidências sensíveis e racionais. A primeira via afirma que os corpos inanimados podem ter movimento por si mesmos. Assim, para que estes corpos tenham movimento é necessário que algo os mova. Esta concepção leva à necessidade de um

primeiro motor imóvel, isto é, algo que mesmo não sendo movido por nada pode mover todas as coisas.

Sobre a primeira via, que é a do movimento, marque a alternativa correta.

- a) Para que os objetos tenham movimento é necessário que algo os mova; dessa forma, entende-se que é necessário um primeiro motor. Logo, podemos entender que Deus não é necessário no sistema.
- b) Para Santo Tomás, os objetos inanimados movem-se por si mesmos e esse fenômeno demonstra a existência de Deus.
- c) A demonstração do primeiro motor não recorre à sensibilidade, dispensando toda e qualquer observação da natureza, uma vez que sua fundamentação é somente racional.
- d) Conforme o argumento da primeira via podemos concluir que Deus é o motor imóvel, o qual move todas as coisas, mas não é movido.

5. (UFF 2012) A grande contribuição de Tomás de Aquino para a vida intelectual foi a de valorizar a inteligência humana e sua capacidade de alcançar a verdade por meio da razão natural, inclusive a respeito de certas questões da religião.

Discorrendo sobre a “possibilidade de descobrir a verdade divina”, ele diz que há duas modalidades de verdade acerca de Deus. A primeira refere-se a verdades da revelação que a razão humana não consegue alcançar, por exemplo, entender como é possível Deus ser uno e trino. A segunda modalidade é composta de verdades que a razão pode atingir, por exemplo, que Deus existe.

A partir dessa citação, indique a afirmativa que melhor expressa o pensamento de Tomás de Aquino.

- a) A fé é o único meio do ser humano chegar à verdade.
- b) O ser humano só alcança o conhecimento graças à revelação da verdade que Deus lhe concede.
- c) Mesmo limitada, a razão humana é capaz de alcançar certas verdades por seus meios naturais.
- d) A Filosofia é capaz de alcançar todas as verdades acerca de Deus.
- e) Deus é um ser absolutamente misterioso e o ser humano nada pode conhecer d’Ele.

6. (UFF 2011) Na Idade Média, se considerava que o ser humano podia alcançar a verdade por meio da fé e também por meio da razão. Ao mesmo tempo, o poder religioso (Igreja) e o poder secular (Estado) mantinham relacionamento político tenso e difícil. O filósofo Tomás de Aquino desenvolveu uma concepção destinada a conciliar FÉ e RAZÃO, bem como IGREJA e ESTADO.

De acordo com as ideias desse filósofo,

- a) o Estado deve subordinar-se à Igreja.
- b) a Igreja e o Estado são mutuamente incompatíveis.
- c) a Igreja e o Estado devem fundir-se numa só entidade.
- d) a Igreja e o Estado são, em certa medida, conciliáveis.
- e) a Igreja deve subordinar-se ao Estado.

7. (UEM 2008) A questão dos universais foi um dos grandes problemas debatidos na Filosofia Medieval. A dificuldade era determinar o modo de ser das idéias gerais, gêneros ou espécies, tais como homem, animal etc.; ou seja, saber se os universais correspondem a uma realidade fora de nós ou se são puras abstrações do espírito e sem realidade. Realismo e nominalismo foram as duas soluções típicas do problema, surgindo o conceitualismo como solução intermediária. Em relação à questão dos universais, assinale o que for correto.

01) O realismo, de inspiração platônica, afirmava que os universais existiam na realidade, independentemente das coisas individuais.

02) Os realistas foram os primeiros filósofos a acreditarem na realidade virtual; foram, assim, precursores da inteligência artificial.

04) Uma forma moderada de realismo foi defendida por Santo Tomás de Aquino, o qual, sob influência de Aristóteles, supôs que o universal estaria na coisa, como sua forma ou substância; depois da coisa, como conceito no intelecto; e antes da coisa, na mente divina, como modelo das coisas criadas.

08) No conceitualismo de Pedro Abelardo, os universais são conceitos que não existem na realidade, nem são meros nomes; eles são o significado dos nomes e podem subsistir mesmo na falta de particulares a que se apliquem.

16) O nominalismo asseverou que os universais nada têm de real; são meros nomes, pois o que realmente existe são os particulares.

8. O filósofo grego que maior influência exerceu sobre Santo Tomás de Aquino foi:

- A) Platão
- B) Aristóteles
- C) Sócrates
- D) Heráclito
- E) Parmênides

9. Para Santo Tomás de Aquino, um dos princípios do conhecimento humano era o princípio da causa eficiente. Esse princípio da causa eficiente exigia que o ser contingente:

- A) Não exigisse causa alguma
- B) Fosse causado pelo intelecto humano
- C) Fosse causado pelo ser necessário
- D) Fosse causado por acidentes casuais
- E) Fosse causado pelo nada

10. Em *O ente e a essência*, Tomás de Aquino argumenta sobre a existência de Deus, refutando teses de outras doutrinas da filosofia escolástica. Com este propósito ele escreveu:

“Tampouco é inevitável que, se afirmarmos que Deus é exclusivamente ser ou existência, caiamos no erro daqueles que disseram que Deus é aquele ser universal, em virtude do qual todas as coisas existem formalmente. Com efeito, este ser que é Deus é de tal condição, que nada se lhe pode adicionar. (...) Por este motivo afirma-se no comentário à nona proposição do livro Sobre as Causas, que a individuação da causa primeira, a qual é puro ser, ocorre por causa da sua bondade. Assim como o ser comum em seu intelecto não inclui nenhuma adição, da mesma forma não inclui no seu intelecto qualquer precisão de adição, pois, se isto acontecesse, nada poderia ser compreendido como ser, se nele algo pudesse ser acrescentado.”

AQUINO, Tomás. *O ente e a essência*. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 15. Coleção .Os Pensadores.

Tomás de Aquino está seguro de que nada se pode acrescentar a Deus, porque

- A) sua essência composta de essência e existência é auto-suficiente para gerar indefinidamente matéria e forma, criando todas as coisas.
- B) sua essência simples é gerada incessantemente, embora não seja composta de matéria e forma, multiplica-se em si mesmo na pluralidade dos seres.
- C) é essência divina, absolutamente simples e idêntica a si mesma, constituindo-se, necessariamente, uma essência única.
- D) é ser contingente, no qual essência e existência não dependem do tempo, por isso, gera a si mesmo eternamente, dando existência às criaturas.

11. Leia o trecho a seguir e assinale se as proposições apresentadas são (V) verdadeiras ou (F) falsas, conforme o texto. “Se é verdade que a verdade da fé cristã ultrapassa as capacidades da razão humana, nem por isso os princípios inatos naturalmente à razão podem estar em contradição com esta verdade sobrenatural. É um fato que esses princípios naturalmente inatos à razão humana são absolutamente verdadeiros e mesmo impossível pensar que sejam falsos. Tampouco é permitido considerar falso aquilo que cremos pela fé, e que Deus confirmou de forma tão evidente. Já que só o falso constitui o contrário do verdadeiro, é impossível que a verdade da fé seja contrária aos princípios que a razão humana conhece naturalmente. Deus não pode infundir no homem opiniões ou uma fé que vão contra os dados do conhecimento adquirido pela razão natural. (...) Do exposto se infere o seguinte: quaisquer que sejam os argumentos que se aleguem contra a fé cristã, não procedem retamente dos primeiros princípios inatos à natureza e conhecidos por si mesmos. Por conseguinte, não possuem valor demonstrativo, não passando de razões de probabilidades ou sofismáticas. E não é difícil refutá-los”.

(AQUINO, Santo Tomás. *Suma contra gentios*. Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril, 1970).

1 () O texto exemplifica a preocupação, quase geral dentre os chamados “filósofos medievais”, em conciliar as verdades de fé contidas na Bíblia com as verdades descobertas por nossa Razão, isto é, conciliar a Fé com a Razão Natural.

2 () O texto mostra como Tomás de Aquino considerava a Filosofia inútil e perigosa para o cristianismo, uma vez que, por si só, ela não prova as verdades da fé além de levantar dúvidas sobre as verdades bíblicas.

3 () Um dos objetivos do texto é mostrar que os argumentos contrários à fé cristã podem ser todos refutados, isto é, podemos mostrar racionalmente que são todos falsos porque não há contradição entre verdade de fé e verdade de razão.

4 () Nesse texto, nos deparamos com um dos pressupostos fundamentais do pensador católico medieval: a crença na verdade revelada, isto é, a crença nas proposições da Bíblia, como inquestionáveis porque reveladas por Deus.

5 () Pelo texto depreende-se a atitude filosófica de Tomás de Aquino, para quem é impossível compreender as verdades da fé cristã por meio de nossa razão natural; somente a fé é que pode nos ajudar.

Marque a opção correta:

- A) F, V, F, V, V
 B) V, V, V, V, F
 C) V, V, V, F, V
 D) V, F, V, V, F

12. “Respondo dizendo que a existência de Deus pode ser demonstrada por cinco vias”.

Tomas de Aquino. *Suma Teológica*, São Paulo: Abril Cultural, 1979. Col. Os Pensadores.

Assinale a afirmativa correta:

- A) Todas as cinco vias seguem argumentos baseados em elementos anímicos, como em Santo Agostinho.
 B) Todas as cinco vias fundamentam-se nos dados revelados da Sagrada Escritura.
 C) Todas as cinco vias empregam argumentos baseados na tradição patrística.
 D) Todas as cinco vias partem de uma realidade sensível, como elemento empírico, e do princípio de causalidade, como elemento racional.

13. “Em sua teoria do conhecimento, Tomás de Aquino substitui a doutrina da iluminação divina pela da abstração, de raízes aristotélicas: a única fonte de conhecimento humano seria a realidade sensível, pois os objetos naturais encerrariam uma forma inteligível em *potência*, que se revela, porém, não aos sentidos que só podem captá-la individualmente - mas ao intelecto.”

(NÁCIO, Inês C. e LUCA, Tânia Regina de. *Opensamento medieval*. São Paulo: Ática, 1988, p. 74.)

Considerando o trecho citado, assinale a alternativa verdadeira.

- A) O texto faz referência à influência de Aristóteles no pensamento de Tomás de Aquino, que se opõe, em muitos pontos, à tradição agostiniana, que tinha influência de Platão.
 B) O texto expõe a doutrina da iluminação, formulada por Tomás de Aquino para explicar a origem de nosso conhecimento.
 C) Para Tomás de Aquino, a realidade sensível é apenas uma cópia enganosa da verdadeira realidade que se encontra na mente divina.
 D) Tomás de Aquino substitui a doutrina da iluminação pela teoria da abstração aristotélica, a fim de mostrar que a fé em Deus é incompatível com as verdades científicas.

14. (UFU 2011) Considere o seguinte texto sobre Tomás de Aquino (1226-1274).

Fique claro que Tomás não aristoteliza o cristianismo, mas cristianiza Aristóteles. Fique claro que ele nunca pensou que, com a razão se pudesse entender tudo; não, ele continuou acreditando que tudo se compreende pela fé: só quis dizer que a fé não estava em desacordo com a razão, e que, portanto, era possível dar-se ao luxo de raciocinar, saindo do universo da alucinação.

Eco, Umberto. “Elogio de santo Tomás de Aquino” in: *Viagem na irrealidade cotidiana*, p.339.

É correto afirmar, segundo esse texto, que:

- A) Tomás de Aquino, com a ajuda da filosofia de Aristóteles, conseguiu uma prova científica para as certezas da fé, por exemplo, a existência de Deus.
 B) Tomás de Aquino se empenha em mostrar os erros da filosofia de Aristóteles para mostrar que esta filosofia é incompatível com a doutrina cristã.
 C) o estudo da filosofia de Aristóteles levou Tomás de Aquino a rejeitar as verdades da fé cristã que não fossem compatíveis com a razão natural.
 D) a atitude de Tomás de Aquino diante da filosofia de Aristóteles é de conciliação desta filosofia com as certezas da fé cristã.

15. (UFU 2009) Leia com atenção o texto abaixo:

“Nos três primeiros artigos da 2ª questão da *Suma de Teologia*, Tomás de Aquino discute sobre a existência de Deus. Suas conclusões são: 1) a existência de Deus não é auto evidente, sendo preciso demonstrá-la; 2) a existência de Deus não pode ser demonstrada a partir de sua essência (pois isso ultrapassa a nossa capacidade de conhecimento); 3) a existência de Deus pode ser demonstrada, contudo, a partir de seus efeitos (demonstração *quia*), isto é, a partir da natureza criada podemos conhecer algo a respeito do seu Criador. A partir disso, ele desenvolve cinco argumentos ou vias segundo as quais se pode mostrar, a partir dos efeitos, que Deus existe.”

Adaptado de: MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 126-130.

Sobre as cinco vias da prova da existência de Deus, elaboradas por Tomás de Aquino, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Nos argumentos de Tomás de Aquino sobre a existência de Deus, pode-se perceber a influência dos escritos de Aristóteles em seu pensamento.
 B) Segundo a prova teleológica, tudo que obedece a uma finalidade pressupõe uma inteligência que o criou com tal finalidade, como o carpinteiro em relação a uma mesa; ora, percebemos a finalidade no Universo (todas

as criaturas têm uma finalidade); logo, Deus é o princípio que dá essa finalidade ao Universo.

C) Qualquer pessoa que consiga compreender os argumentos das cinco vias conhecerá, com certeza evidente, a essência de Deus.

D) Segundo a prova que se baseia no movimento, Deus é considerado o motor imóvel, isto é, como a causa primeira do movimento que percebemos no mundo, e deve ser imóvel para evitar o regresso ao infinito.

16. (UFU 2012) A teologia natural, segundo Tomás de Aquino (1225-1274), é uma parte da filosofia, é a parte que ele elaborou mais profundamente em sua obra e na qual ele se manifesta como um gênio verdadeiramente original. Se se trata de física, de fisiologia ou dos meteoros, Tomás é simplesmente aluno de Aristóteles, mas se se trata de Deus, da origem das coisas e de seu retorno ao Criador, Tomás é ele mesmo. Ele sabe, pela fé, para que limite se dirige, contudo, só progride graças aos recursos da razão.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 657.

De acordo com o texto acima, é correto afirmar que

A) a obra de Tomás de Aquino é uma mera repetição da obra de Aristóteles.

B) Tomás parte da revelação divina (Bíblia) para entender a natureza das coisas.

C) as verdades reveladas não podem de forma alguma ser compreendidas pela razão humana.

D) é necessário procurar a concordância entre razão e fé, apesar da distinção entre ambas.

17. (UFU 2013) Com efeito, existem a respeito de Deus verdades que ultrapassam totalmente as capacidades da razão humana. Uma delas é, por exemplo, que Deus é trino e uno. Ao contrário, existem verdades que podem ser atingidas pela razão: por exemplo, que Deus existe, que há um só Deus etc.

AQUINO, Tomás de. *Súmula contra os Gentios. Capítulo Terceiro: A possibilidade de descobrir a verdade divina*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 61.

Para São Tomás de Aquino, a existência de Deus se prova

A) por meio do movimento que existe no Universo, na medida em que todo movimento deve ter causa exterior ao ser que está em movimento.

B) por meios metafísicos, resultantes de investigação intelectual.

C) apenas pela fé, a razão é mero instrumento acessório e dispensável.

D) apenas como exercício retórico.

E) através da investigação dialética racional proporcionada pelo método maiêutico.

18. Para Santo Tomás, filosofia e teologia são ciências distintas porque:

a) A filosofia se funda no exercício da razão humana e a teologia na revelação divina.

b) A filosofia é uma ciência complementar à teologia.

c) A filosofia nos traz a compreensão da verdade que será comprovada pela teologia.

d) A revelação é critério de verdade, por isso não se pode filosofar.

e) A teologia é a mãe de todas as ciências e a filosofia serve apenas para explicar pontos de menor importância.

19. “Em sua teoria do conhecimento, Tomás de Aquino substitui a doutrina da iluminação divina pela da abstração, de raízes aristotélicas: a única fonte de conhecimento humano seria a realidade sensível, pois os objetos naturais encerrariam uma forma inteligível em *potência*, que se revela, porém, não aos sentidos que só podem captá-la individualmente - mas ao intelecto.”

NÁCIO, Inês C. e LUCA, Tânia Regina de. *Opensamento medieval*. São Paulo: Ática, 1988, p. 74.

Considerando o trecho citado, assinale a alternativa verdadeira.

A) O texto faz referência à influência de Aristóteles no pensamento de Tomás de Aquino, que se opõe, em muitos pontos, à tradição agostiniana, que tinha influência de Platão.

B) O texto expõe a doutrina da iluminação, formulada por Tomás de Aquino para explicar a origem de nosso conhecimento.

C) Para Tomás de Aquino, a realidade sensível é apenas uma cópia enganosa da verdadeira realidade que se encontra na mente divina.

D) Tomás de Aquino substitui a doutrina da iluminação pela teoria da abstração aristotélica, a fim de mostrar que a fé em Deus é incompatível com as verdades científicas.

20. Tomás de Aquino não via conflito entre a fé e a razão, sendo possível para a segunda atingir o conhecimento da existência de Deus. Contudo, Tomás de Aquino defende a relação harmônica entre ambas, pois, se a razão demonstra a existência de Deus, ela o faz graças à fé que revela tal verdade. Assim, a filosofia de Tomás de Aquino insistiu nos limites do conhecimento humano.

Com base nas afirmações precedentes, assinale a alternativa correta.

A) O conhecimento humano atinge a verdade do mundo e de Deus sem precisar se servir de outra ordem que não aquela da própria razão, o que se confirma com o fato de que os governantes organizam o mundo conforme sua inteligência.

B) A realidade sensível é a via direta e exclusiva para a ascensão do conhecimento humano, porque, tal como afirmou Santo Anselmo, a perfeição de Deus tem, entre seus atributos, a existência na realidade mundana.

C) Existe um domínio comum à fé e à razão. Este domínio é a realidade do mundo sensível, morada humana, que a razão pode conhecer, porque a realidade sensível oferece à razão os vestígios imperfeitos da substância de Deus.

D) A razão humana é impotente para tratar de idéias que estejam além da realidade do mundo sensível. Deus, portanto, nada mais é que uma palavra que deve ser reverenciada como o centro sensível de irradiação de tudo o que existe.

21. (UNICENTRO 2011) Para São Tomás de Aquino, existem, pelo menos, três motivos que conduzem os homens à obediência da lei, que são

A) os costumes adquiridos em uma cultura, a emancipação social e a prazerosa fruição estética.

B) a educação recebida dos pais, o simples deleite ético e o esclarecimento jurídico.

C) o medo da punição, os meros ditames da razão e a bondade perfeita da virtude.

D) a tirania de um legislador, a consciência política e social e a vocação religiosa.

E) a punição das instâncias divinas, a vocação religiosa e o prazer de obedecer.

22. (UEM 2012) Tomás de Aquino (1225-1274), no seu livro *A Realeza*, afirma: “Começamos apresentando o que se deve entender pela palavra rei. Com efeito, em todas as coisas que se ordenam a um fim que pode ser alcançado de diversos modos, faz-se necessário algum dirigente para que se possa alcançar o fim do modo

mais direto. Por exemplo, um navio, que se move em diversas direções pelo impulso de ventos opostos, não chegará ao seu fim de destino se não for dirigido ao porto pela habilidade do comandante”.

(AQUINO, T. de. *A realeza: dedicado ao rei de Chipre*. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 667.)

Conforme esse trecho, é **correto** afirmar que

01) o rei, como um dirigente, não tem um poder opressor ou dominador sobre os súditos.

02) o rei é aquele que realiza as coisas sem intermediários.

04) o rei não é necessário em todas as decisões, mas somente naquelas que envolvem interesses coletivos.

08) as ações do rei não precisam levar em conta os desejos dos súditos, mas considerar aquilo que é melhor para o reino.

16) o rei ou o comandante tem a função de dirigir, orientar, o que não implica uma imposição de sua vontade aos súditos.

25. (UEM 2013) “Os artigos de fé não são princípios de demonstrações nem conclusões, não sendo nem mesmo prováveis, já que parecem falsos para todos, para a maioria ou para os sábios, entendendo por sábios aqueles que se entregam à razão natural, já que só de tal modo se entende o sábio na ciência e na filosofia.”

(OCKHAM, G. [1280-1349]. In: COTRIM, G. *Fundamentos de Filosofia*, São Paulo: Saraiva, 2006, p. 120).

A partir do trecho citado, é **correto** afirmar que

01) os argumentos calcados na fé não podem ser submetidos a demonstrações lógicas.

02) o filósofo apresenta a típica separação entre aquilo que é do domínio da fé e do domínio da razão para o pensamento medieval.

04) os artigos de fé são falsos por natureza, visto que não estão submetidos nem à ciência nem à filosofia.

08) as demonstrações e as conclusões, para os filósofos, não podem ser deduzidas a partir de princípios falsos.

16) a distinção entre a teologia e a ciência ou a filosofia está, entre outras coisas, nos diferentes procedimentos ou nos métodos de comprovação utilizados por elas.

26. (UEM 2008) Guilherme de Ockham (1280-1349) traz novas idéias à teoria política, “ainda que continue teológica, isto é, referida à vontade suprema de Deus. Diante da tradição teocrática medieval, são novas as idéias de comunidade política natural, lei humana política e direito natural dos indivíduos como sujeitos dotados de consciência e de vontade.”

(CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13.ª ed., São Paulo: Ática, 2008, p. 366).

Assinale o que for **correto**.

01) Guilherme de Ockham não separa o poder espiritual da Igreja do poder temporal da comunidade política; por essa razão, ele afirma que, em nenhuma hipótese, o bom cristão pode contestar a autoridade da palavra do Papa.

02) O tiranicídio não é admitido por Guilherme de Ockham, todavia os governados podem resistir ao tirano e procurar instrumentos legais que contestam sua autoridade para forçá-lo a abdicar.

04) Guilherme de Ockham pertence à corrente nominalista, segundo a qual os conceitos universais são apenas conteúdos da nossa mente, expressos em nomes, isto é, são apenas palavras sem nenhuma realidade específica correspondente.

08) Contrariamente ao que pensava Santo Agostinho, o homem, para Guilherme de Ockham, não foi dotado de livre-arbítrio, razão pela qual não pode ser responsabilizado pelos seus atos.

16) Guilherme de Ockham reconhece dois grandes tipos de direitos naturais: o direito natural objetivo, isto é, a ordem natural hierárquica estabelecida pela lei divina, e o direito natural subjetivo, possuído pelo indivíduo como ser racional e livre.

27. (UFU 2009) Leia o texto a seguir sobre o problema dos universais.

“Ockham adota o nominalismo, posição inaugurada em uma versão mais radical por Roscelino (séc. XII), [que] afirma serem os universais apenas palavras, flatus vocis, sons emitidos, não havendo nenhuma entidade real correspondentes a eles.”

MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. p. 132.

Marque a alternativa correta.

- a) Segundo o texto acima, o termo “humanidade”, aplicável a uma multiplicidade de indivíduos, indica um modo de ser das realidades extramentais.
- b) Segundo o texto acima, o termo “humanidade”, aplicável a uma multiplicidade de indivíduos, é apenas um conceito pelo qual nos referimos a esse conjunto.
- c) Segundo o texto acima, o termo “humanidade”, aplicável a uma multiplicidade de indivíduos, determina entidades metafísicas subsistentes.
- d) Segundo o texto acima, o termo “humanidade”, aplicável a uma multiplicidade de indivíduos, determina formas de substância individual existentes.

28. (UEM 2016) Baseado na metafísica de Aristóteles, durante a Escolástica Tomás de Aquino (1225-1274) reformulou os argumentos que provam a existência de Deus. a) *Movimento*, b) *causa eficiente*, c) *contingência*, d) *graus de perfeição*, e) *causa final* constituem, para Tomás de Aquino, as “cinco vias” da prova da existência de Deus. Anselmo de Aosta (1033-1109) é conhecido pelo

argumento ontológico, que também aparece em Descartes (1596-1650), no início da era moderna.

Analise, a seguir, os argumentos racionais apontados para provar a existência de Deus e assinale o que for **correto**.

01) Tudo o que se move deve seu movimento a algo que provocou este movimento, pois nada se moveria por si mesmo. Ora, para evitar a regressão ao infinito, é necessário que exista um motor que mova todas as coisas e que, por sua vez, não é movido por nenhuma: Deus.

02) O argumento ontológico toma por pressuposto a ideia de que a infinitude do mundo constitui uma prova da existência de Deus, pois o infinito cria o finito e vice-versa.

04) Seria absurdo e contraditório conceber a possibilidade de um Deus onipotente e perfeito que não tenha por atributo a existência, pois a não existência seria uma imperfeição em choque com a perfeição concebida. Logo, Deus existe.

08) A teoria das três metamorfoses de Friedrich Nietzsche, em *Assim falou Zaratustra*, segundo a qual o homem nasce um camelo (a), torna-se um leão (b) e morre uma criança (c), prova a existência de Deus pelo fato de aceitar as três formas da vida: infância, juventude e maturidade.

16) Um ser contingente é aquele cuja existência depende da existência de outro ser que o criou. Se todos os seres fossem contingentes, nada existiria. Portanto, para que exista o mundo, existe um ser necessário e criador de tudo: Deus.

29. (ENEM 2015) Ora, em todas as coisas ordenadas a algum fim, é preciso haver algum dirigente, pelo qual se atinja diretamente o devido fim. Com efeito, um navio, que se move para diversos lados pelo impulso dos ventos contrários, não chegaria ao fim do destino, se por indústria do piloto não fosse dirigido ao porto; ora, tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação. Acontece, porém, agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanas comprova. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim.

AQUINO. T. Do reino ou do governo dos homens: ao rei do Chipre. **Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino**. Petrópolis: Vozes, 1995 (adaptado).

No trecho citado, Tomás de Aquino justifica a monarquia como o regime de governo capaz de

- a) refrear os movimentos religiosos contestatórios.

GABARITO

- b) promover a atuação da sociedade civil na vida política.
- c) unir a sociedade tendo em vista a realização do bem comum.
- d) reformar a religião por meio do retorno à tradição helenística.
- e) dissociar a relação política entre os poderes temporal e espiritual.

QUESTÕES ESCOLÁSTICA

1. 1/2/16
2. d
3. d
4. d
5. c
6. d
7. 1/4/8/16
8. b
9. c
10. c
11. d
12. d
13. a
14. d
15. c
16. d
17. a
18. a
19. a
20. c
21. c
22. 1/4/8/16
25. 1/2/8/16
26. 2/4/16
27. b
28. 1/4/16
29. c